

## **PROPOSTAS DE MINICURSO APROVADAS**

### **Minicurso: O grande acordo nacional: o Supremo Tribunal Federal como ator fundamental das coalizões governamentais.**

Coordenadora: Raphaela Borges David

Duração: 8h

- Sessão 1: 24/09, das 08:00 às 12:00 (Anfiteatro 2)

- Sessão 2: 25/09, das 08:00 às 12:00 (Anfiteatro 2)

#### Proposta:

O presente minicurso tem por objetivo geral traçar um perfil crítico da atuação do Supremo Tribunal Federal, sob uma perspectiva institucional, a fim de demonstrar seu papel político na construção do constitucionalismo brasileiro. Divide-se o curso em dois turnos, totalizando oito horas.

Pretende-se abandonar uma análise juriscentrada da corte constitucional, para inseri-la num contexto histórico e político, como um ator importante para os rumos da democracia brasileira. No primeiro turno, iniciamos com uma análise crítica da formação do constitucionalismo latino-americano, incluindo o processo histórico de formação do hiperpresidencialismo e do presidencialismo de coalizão. Finalizando o primeiro turno, passamos para uma descrição teórica do STF, para traçar o perfil institucional da corte, bem como suas competências traçadas pela Constituição de 1988. No segundo turno, trabalharemos, com os conceitos de ativismo judicial e judicialização da política, bem como dos possíveis déficits democráticos de uma atuação intensa da corte constitucional. A partir dessa exposição do estado da arte dos debates políticos sobre a atuação do STF, finalizaremos o curso, em seu segundo turno, demonstrando o papel da corte para o sucesso das coalizões presidenciais, como elemento fundamental para implementação de agendas políticas dominantes.

Duas críticas são traçadas a partir desse ponto, quais sejam: a preponderância de fatores externos sobre fatores normativos na decisão judicial, levando a uma dominância do discurso econômico e ao consequente esvaziamento do texto constitucional; e ausência de independência funcional do Judiciário, que levam a formação de uma casta judicial e seu afastamento dos compromissos constitucionais. Ao lado de um Judiciário fortalecido, dotado de importantes poderes e atributos constitucionais, temos o Executivo, que exerce um papel central na ordem política. Na conjunção de elementos conflitantes, tais como multipartidarismo, federalismo, bicameralismo, dentre outros, o presidencialismo de coalizão foi uma artimanha constitucional estabelecida pelo desenho institucional como instrumento passível de trazer o sucesso e coordenação política no Brasil. Se entendemos a decisão jurídica como um processo interativo e conectado com a perspectiva política e não isolado no seu aspecto normativo, logo, torna-se imprescindível compreender a atuação da corte constitucional a partir desse presidencialismo de coalizão. Isso porque a decisão acontece nesse espaço dialético, e se confronta com atores que tem como paradigma de atuação as coalizões governamentais.

Portanto, pretende-se demonstrar esse pano de fundo comum do sistema político brasileiro, que sustenta as considerações institucionais locais, para enfim analisar essas imbricações que derivam consequências na atuação do Supremo Tribunal Federal.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados, 31. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- ALMEIDA, Frederico de. As elites da justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira. Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 22, n. 52, p. 77-95, dez. 2014.
- AVRITZER, Leonardo. Impasses da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.
- BRANDÃO, Rodrigo. Supremacia Judicial versus Diálogos Institucionais. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2011.
- DA ROS, L. O custo da Justiça no Brasil: uma análise comparativa exploratória. newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil., p. 2–15, jul. 2015.
- FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Salvador: Juspodium, 2017.
- GARGARELLA, Roberto. La sala de máquinas de la Constitución. Dos siglos de constitucionalismo en América Latina (1810-2010). Buenos Aires: Katz Editores, 2016.
- GUTTMANN, A.; THOMPSON, D. (2007). O que significa democracia deliberativa. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, Belo Horizonte, Ed. Fórum, 2007, pp. 17-78.
- LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão. Lua Nova. São Paulo, nº 44, p. 82-106, 1999.
- MELLO, Patrícia Perrone Campos. Nos bastidores do STF. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- NINO, Carlos Santiago. Fundamentos de derecho constitucional: análisis filosófico, jurídico y politológico de la práctica constitucional. Buenos Aires: Astrea, 2013.
- NOBRE, Marcos. Imobilismo em movimento. Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- SANTOS, André Marengo dos; DA ROS, Luciano. Caminhos que levam à Corte: carreiras e padrões de recrutamento dos ministros dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário brasileiro (1829-2006). Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v.16, n.30, p. 131-149, 2008.

#### **Minicurso: O islã na América Latina: transnacionalismo, gênero e identidade**

##### Coordenadoras:

Ana Clara Alves de Oliveira

Maria Alice Tallemberg Soares

##### Duração: 8h

- Sessão 1: 24/09, das 08:00 às 12:00 (Anfiteatro 3)

- Sessão 2: 25/09, das 08:00 às 12:00 (Anfiteatro 3)

##### Proposta:

O presente minicurso busca apresentar alguns contextos referentes ao transnacionalismo islâmico e seus desdobramentos nas configurações das comunidades muçulmanas na América Latina. Vemos emergir no mundo contemporâneo diversos discursos, por meio reportagens jornalísticas, telenovelas e redes sociais, que buscam retratar o Islã como incompatíveis a modernidade ocidental. Tais narrativas, orientalistas, moldam estereótipos de sujeitos, comunidades e nações fazendo com que consideremos a presença islâmica no contexto latino-americano como previamente atípicas (exóticas). Desta forma, temos como objetivo refletir sobre os desdobramentos teóricos e metodológicos em relação as configurações religiosas das comunidades muçulmanas latino-americanas.

O processo de migração que perpassa pela história dessas comunidades é em si um agente de transformação religiosa (LEICHTMAN, 2010). As variações culturais sob as quais a religião é redimensionada envolvem política, poder, gênero, imigração e conversão fazendo com que o Islã seja rearticulado e reinventado a medida em que é experienciado pelos atores sociais. Para explorar esses

cenários pensamos na temática de gênero como o fio condutor de nosso debate pois, segundo Abu-Lughod (1996), “as mulheres têm se tornado um importante símbolo mobilizador de identidade, de visões de sociedades e de nação no mundo pós-colonial.” Desta forma, o foco na perspectiva de gênero na análise das dinâmicas sociais traz a vantagem de incluir uma dimensão sensível às mudanças nos contextos abordados que modelam e constroem agendas locais (KANDIYOTI, 2012).

Muitas autoras criticam as desigualdades de gênero inscritas nas sociedades muçulmanas do Oriente Médio, no entanto, a literatura antropológica mais recente busca compreender essas posições de gênero através de uma perspectiva pós-estruturalista que questiona o significado da agência, resistência e liberdade (MAHMOOD, 2005). Nesta linha, cabe a nós pensarmos como essa estrutura de poder política e religiosa se reproduz e se ressignifica nas figurações sociais latinas. Assim como, nas implicações dessa estrutura nas construções de gênero que perpassam por um contexto nacional/latino e transnacional/muçulmano na construção de seu sentido a fim de se legitimar no âmbito religioso. Assim, o mini curso será composto por sessões organizadas da seguinte forma: 1ª) Implicações sociopolíticas da configuração de comunidades islâmicas na América Latina (transnacionalismo), 2ª) perspectivas teóricas e discursos sobre mulheres e islã e 3ª) a experiência vivida das mulheres muçulmanas no contexto das diásporas.

Bibliografia do curso :

ABU-LUGHOD, Lila. “Writing against culture”. 1996.

———. “Do Muslim women really need saving? Anthropological reflections on cultural relativism and its others”. *American anthropologist* 104 (3): 783–90. 2002.

ASAD, T. *Genealogies of Religion: Discipline and Reasons of Power in Christianity and Islam*. Johns Hopkins University Press. 1993.

BAEZA, Cecilia. “Les Palestiniens du Chili : De la conscience diasporique à la mobilisation transnationale”. Dissertação de Mestrado, França: Institut d’Études Politiques de Paris, Sciences. 2003.

BARROS, Liza. “Ya habibi: crise-de-vida, afeto e reconfiguração do self religioso na conversão de mulheres ao islã, na Mesquita da Luz”. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Niterói: UFF. 2012.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. São Paulo: Civilização Brasileira. 2003.

CHAGAS, Gisele Fonseca, e MEZABARBA, Solange. “Beleza oculta: recato e estilo nas vestimentas das mulheres muçulmanas no Brasil.” Paper apresentado no VI ENEC., Rio de Janeiro 2012.

COOKE, Miriam. “The Muslimwoman”. *Cont Islam*, no 1: 139–54 2007.

CUCHE, Denys. “Os palestinos do Peru: Uma forte identificação com a Palestina”. In *Entre o velho e novo mundo: A diáspora palestina desde o Oriente Médio à América Latina*, organizado por Leonardo SCHIOCCHET. São Paulo: Chiado Editora 2015.

DEEB, L. *An Enchanted Modern: Gender and Public Piety in Shi’i Lebanon*. Princeton: Princeton University Press 2006.

FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa. “Imagem oculta: reflexões sobre a relação entre os muçulmanos e a imagem fotográfica”. 2001.

HAMID, Sônia. “Entre a guerra e o gênero: memória e identidade de mulheres palestinas em Brasília”. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Brasília: UnB. 2007.

HONEYSETT, Bethany Eleanor. *Memory of generations: time, narrative and kinship in Damascus, Syria*. 2013

KANDIYOTI, Deniz (Ed.). *Gendering The Middle East: Emerging Perspectives*. IB Tauris, 1996.

LEICHTMAN, Mara A. *MIGRATION, WAR, AND THE MAKING OF A TRANSNATIONAL LEBANESE SHI’I COMMUNITY IN SENEGAL*. *International Journal Of Middle East Studies*, V. 42, N. 2, 2010.

MAHMOOD, S. *Politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminist Subject*. Princeton: Princeton University Press. 2005.

**Minicurso: Desnaturalização da violência contra a mulher**

Coordenadora: Sheila Cristina Gonçalves

Duração: 8h

- Sessão 1: 25/09, das 08:00 às 12:00 (Anfiteatro 1)

- Sessão 2: 26/09, das 08:00 às 12:00 (Anfiteatro 1)

Proposta:

Tendo como referencial a cultura feminina ocidental, objetivando compreender os diferentes aspectos da posição da mulher nessa sociedade, em especial a negra, apresento uma breve discussão quanto a esse aspecto. Temos que a relação entre poder e gênero foi polarizada e oponente. Os estudos de Oliveira (1992) denotam que o ser humano se constrói em sua relação com o outro, mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos pela cultura, um componente modulador do funcionamento psicológico humano. Os estudos de Oliveira (1992) apontam que as duas funções essenciais da linguagem para Vigotsky são a troca social e a de pensamento generalizante, isto é, propõe a comunicação entre indivíduos e torna simples, além de universalizar a experiência. Assim, quando há nomeação dos objetos, nada mais se faz do que classifica-los em categorias de conceitos, por isso das palavras, os signos mediadores na relação humana (OLIVEIRA, 1992) Um signo é construído para cumprir uma função de ideologia, assim as palavras são “construídas” a partir de milhões de fios ideológicos. A imagem da mulher que é reproduzida por uma sociedade machista como a nossa, vem na forma de repressão, cada vez mais naturalizada. A ideia é desnaturalizar a violência contra mulher, observando as relações de uma nova maneira. Desta forma é possível romper com as amarras hierárquicas, iniciando um processo que nós levará a desconstrução de interpretações de ações e linguagens nos foi transpassada das mais diversas maneiras.

O indivíduo ao interagir com outras pessoas gera troca de informações, e dessa forma o conhecimento é transmitido. De acordo com os estudos de Setton (2002) para Boudieu os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação são estruturados, geram poder, sendo designado por ele como o poder simbólico, aquele capaz de construir uma realidade imediata do mundo. Quando ao pensar o lugar da mulher na sociedade bem como as violências sofridas, temos que a hierarquia construída entre o feminino e masculino ao longo da história propiciou violências contra as mulheres que foram naturalizadas. Assim, a partir dessa relação de poder a intenção é a de levar a reflexão aos territórios onde o racismo e machismo motiva experiências de exclusão e violência que se traduzem em vários aspectos, inclusive no acesso as informações. A ideia, de levar o debate para esse território é antes de tudo, o desejo de tornar estas informações acessíveis às mulheres. Intenta-se construir a partir das experiências um diálogo que proporcione compartilhamento de memórias e de estratégias de enfrentamento ao machismo e ao sexismo.

O projeto visa promover a reflexão e o debate sobre estas três temáticas: racismo, machismo e ao sexismo brasileiro e suas configurações no cotidiano das mulheres.

Público alvo: Qualquer pessoa pode participar do minicurso. Acredito que estas pessoas podem se tornar agentes sociais transformadores de suas realidades sociais e assim melhorarem sua qualidade de vida.

Metodologia: O minicurso será conduzido como um espaço de troca de informações e memórias sobre a violência contra mulheres e outros temas relacionados. Haverá uma parte teórica a fim de debater

a problemática que envolve o tema proposto. Após a introdução do tema haverá uma apresentação de artes cênicas na via de debater a violência contra a mulher.

No segundo momento, serão realizadas algumas práticas corporais (exercícios respiratórios e de expressão corporal) haverá uma dinâmica buscando incentivar a participação e intervenção de qualquer participante que queira compartilhar experiências. As participantes terão oportunidade aprender a reconhecer a violência contra a mulher.

Conteúdos: Serão abordados tipos de violência contra mulher descritos a Lei Maria da penha. Taxa de mortalidade por violência domestica, racismo, machismo , sexismo dentre outros.

#### Referências:

Brasil. Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm) (Acesso em: 10 jul. 2019)

OLIVEIRA, M. K. de, Vigotsky e o processo de formação de conceitos. In: DE LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K. de; DANTAS, H. Piaget, Vigotsky, Wallon – Teoria psicogenéticas em discussão São Paulo: Summus, 1992. p. 23-34.

SETTON, Maria das Graças. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. Revista brasileira de educação, n 20, p. 70-20 2002.

#### **Minicurso: Poder, controle e autoritarismo no Brasil**

Coordenadora: Flávia Mendes Ferreira

Duração: 8h

- Sessão 1: 26/09, das 08:00 às 12:00 (Anfiteatro 2)

- Sessão 2: 27/09, das 08:00 às 12:00 (Anfiteatro 2)

#### Proposta:

No Brasil, historicamente o poder é exercido de forma autoritária, excludente e conservadora. A presente proposta é que durante a 6ª Jornada de Ciências Sociais da UFJF haja um minicurso para pensar sobre tais temáticas, a partir dos conhecimentos das ciências sociais, sobretudo a ciência política e a sociologia, e, também a história.

As políticas de controle, ao longo da história do Brasil, são excludentes, com negros, anteriormente escravos e, seus descendentes, com pobres, que aqui no país, é uma maioria de negros. O país mantém o controle social desses grupos, através do uso da força armada e da polícia. No Brasil, o poder lida com os conflitos sociais através da militarização, ou seja, com a lógica da guerra e, portanto, do inimigo.

Na passagem do século XIX para o XX, ganha destaque no país, as propostas de controle social das classes consideradas perigosas: os pobres e ex-escravos. Há todo um projeto político-arquitetônico na cidade do Rio de Janeiro, capital do país na época, que é colocado em prática e, afasta a população pobre do centro da cidade, para a construção e ampliação de avenidas, implantação de delegacias de polícia, presídios, e atribuições para essas instituições que representam controle das camadas mais pobres da sociedade.

A modernização foi entendida como ordem e progresso, num processo dialético onde o progresso só seria alcançado através da ordem e, esta, significava controle das classes mais pobres. Para tanto, foi

necessário aplicar o disciplinamento e o controle biopolítico, com estratégias e práticas de controle social. Mais de cem anos após o fim da escravidão, este ordenamento permanece, não somente em nossa ordem jurídica, mas, sobretudo, no imaginário político e social. (MALAGUTI, 2003). Nos dias atuais, o controle social, material e simbólico ainda é direcionado às classes pobres, moradores da periferia das grandes cidades, descendentes dos ex-escravos.

As permanências históricas de dominação, controle e punição, aliadas à ideia de que temos um inimigo a ser combatido, produz medo na população que passa a clamar por mais controle e punição, na fantasia de que mais repressão, leis mais duras, mais policiamento, mais poder punitivo é que trará a sensação de segurança, ou seja, “o medo que emerge através da percepção de fragilidade serve como um dispositivo de governo e autoriza o uso de força desmedida por parte das instituições.” (SOLANO, 2018). Cria-se autorização para a instalação do Estado de exceção, para a suspensão das normas, do que seria a normalidade do ordenamento, mas que é criado pelas próprias regras do ordenamento.

Objetivos: Proporcionar a reflexão e análise de como o poder, o controle e o autoritarismo são exercidos no Brasil, quais as permanências históricas que nos acompanham desde a nossa formação e estão presentes ainda nos dias atuais no Brasil, sobretudo, no cenário político contemporâneo.

Referencial teórico: Como referencial teórico utilizarei a contribuição histórica de Sidney Chalhoub. As análises de Vera Malaguti, Nilo Batista para pensar como o poder vem sendo exercido no Brasil, a lógica do inimigo, da punição e do controle. Michel Foucault e Giorgio Agamben na compreensão de como o poder é exercido nas sociedades modernas. A noção de biopolítica e de estado de exceção desses autores ajudam a pensar como o poder é exercido no Brasil. Além destes, outros autores auxiliarão na organização do minicurso.

#### Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

BATISTA, Nilo. Política Criminal com derramamento de sangue. In: Discursos Sediciosos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, nº5/6, 1998.

BATISTA, Vera Malaguti. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Tradução: Roberto Machado. 21 ed. São Paulo: Graal, 2007.

SCHWARCZ, Lília Mortiz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOLANO, Esther. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. Boitempo, 2018.